

Projeto PNUMA nº 615.3 (Brazil Project): Produção e Consumo Sustentáveis
Consultoria técnica para elaboração de planejamento estratégico para o Comitê Gestor de
Produção e Consumo Sustentáveis – Consultor: João de Jesus da Costa
PRODUTO 4 – Planejamento estratégico do CGNPCS.

Item 2 – Subsídios utilizados para a discussão na segunda oficina de planejamento do CGNPCS

SUBSÍDIO 5 – Resultados da Oficina Aberta sobre Produção e Consumo Sustentáveis

1. VISÃO DE FUTURO PARA O PLANO DE AÇÃO DE PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Esta proposta foi sugerida por Pablo Saldo, analista ambiental DPCS/MMA.

Em 2030 todos os setores estão comprometidos com a adoção de parâmetros sustentáveis e responsáveis de produção e consumo, que se traduzem em:

- Grandes, pequenas e médias empresas promovem a melhoria do ecossistema sociobiológico ao seu redor: desenvolvem ações socioambientais no seu entorno e na sua região de influência, cuidam da água e da biodiversidade local.*
- Governos proporcionam infraestruturas públicas com foco na sustentabilidade: desde a qualificação de espaços públicos como escolas, postos de saúde e demais prédios públicos, quanto oferece e apoia espaços coletivos como hortas comunitárias integradas a outros equipamentos como praças e feiras, e intervenções socioculturais focadas na saúde, no aprendizado, na socialização e divisão dos benefícios advindos destes espaços compartilhados.*
- O mercado oferece uma série de facilidades - patrocínio, descontos, isenções, compras subsidiadas, linhas de crédito diferenciadas - para micro e mega iniciativas ou empreendimentos como hortas urbanas, biodigestores, placas solares e fotovoltaicas, arborização, instalação de pomares, usinas de reciclagem, práticas agroecológicas e permaculturais.*
- Tecnologias de escalabilidade são desenvolvidas, desde a produção até o transporte de alimentos e outros produtos, com foco no reaproveitamento/reciclagem, permitindo desde o indivíduo até as grandes corporações ofertarem seus produtos e serviços ao governo e à população, dentro de suas capacidades, privilegiando o pequeno e o médio empreendimento.*
- “Quem sabe, ensina, e transforma sonhos em realidade”: escolas públicas, técnicas, todo o sistema S promovem o empreendedorismo, a qualificação técnica e o encaminhamento ao mercado consumidor de negócios “modernos”, socialmente responsáveis, focados no atendimento das necessidades da população no que diz respeito à adoção de um estilo de vida sustentável.*

Elementos propostos pela Oficina Aberta para a construção da Visão de Futuro do PPCS

- 2030: um Brasil mais consciente com uma sociedade mais informada e engajada no âmbito do desenvolvimento sustentável / Responsabilidade compartilhada / Sensibilização para efetivo compromisso dos cidadãos com a sustentabilidade / Consumo consciente incorporado ao comportamento da sociedade / Consolidação do consumo de produtos locais.**

- Sociedade Lixo Zero / Separação de resíduos efetiva na sociedade / Serviço de limpeza pública com coleta seletiva 100% implementada / 100% dos municípios com disposição final ambientalmente adequada (aterros sanitários) / Políticas públicas de incentivo à reciclagem.
- Bioeconomia implementada / Manejo sustentável de produtos florestais (100%).
- Métricas definidas e verificáveis para atestar sustentabilidade.
- Legislações e normas impondo a logística reversa a todos os setores da indústria.
- Compras públicas sustentáveis incorporadas em todos os níveis da administração pública.
- PCS como política pública / PCS incorporados na educação básica.

2. ESTRATÉGIA GERAL PARA FORTALECIMENTO DA AGENDA PCS NO BRASIL

- PPCS 2030 alinhado com ODS 12:
 - Melhor monitoramento;
 - Sinergia com iniciativas ODS.
- Definição de estratégias de curto, médio e longo prazos.
- Ciclos PPCS alinhados com PPA:
 - PCS como política pública;
 - Melhor articulação política da agenda PCS.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA PCS

3.1. Construção de interfaces com políticas, planos e iniciativas que se relacionam com PCS

POLÍTICAS NACIONAIS	PLANOS NACIONAIS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Política e Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). ➤ Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). ➤ Política de Inclusão Social dos Catadores. ➤ Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). ➤ Política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio). ➤ Estratégia Intersectorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil. ➤ Estatuto das Cidades. ➤ Acordo de Paris. ➤ Convenção da Diversidade Biológica (CDB) 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (PLANAFE) ➤ Plano Nacional de Turismo (PNT). ➤ Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) ➤ Plano de Logística Sustentável. ➤ Plano de Dados Abertos (PDA). ➤ Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar. ➤ Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (PNETE). ➤ Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

PROGRAMAS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa Brasileiro de Avaliação de Ciclo de Vida (PBACV). ➤ Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea). ➤ Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) ➤ Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). ➤ Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H). ➤ Programa Estrada Sustentável.

- Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis.
- Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.
- Programa Brasil Mais Produtivo – MDIC, CNI, Senai.
- Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).
- Programas de controle da poluição
- Programas de pesca sustentável (tainha, pirarucu etc.).
- Programas de manejo florestal sustentável.
- Concessões florestais.
- Arranjos Produtivos Locais (APLs).

INICIATIVAS

- Eficiência Energética para o Desenvolvimento Urbano Sustentável (Acordo de Cooperação entre SNH, SNSA, SEMOB/MCidades e GIZ Alemã)
- Programa Supermercado Lixo Zero – ABRAS.
- Programa de Certificação de produção Responsável na Cadeia Bovina – Abras.
- Programa de Prevenção de Perda de Alimentos – Abras.
- Programa de Rastreabilidade de Monitoramento de Alimentos – Abras.
- Programa Supermercado Sustentável – Abras.
- Certificação do manejo sustentável de florestas (CERFLOR).
- Plataforma Brasileira de Normas Voluntárias de Sustentabilidade – INMETRO.
- Conferência de Cooperação Sul-Sul em PCS.
- Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral – FIESP.
- *Low Carbon Business Actions.*
- *Life Cycle Institute.*
- *Data for Good Movement.*
- *Forest Stewardship Council.*

3.2. Construção de conexões com espaços, colegiados e parcerias

ESPAÇOS

- Conferência de Cooperação Sul-Sul em PCS.
- Rede Brasil do Pacto Global.
- Compromisso Empresarial pela Reciclagem (CEMPRE).
- Acordo Setorial para Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral.
- Fórum PCS (setores público e privado) – CNI, MDIC e MMA.
- Rede de PCS da CNI.

COLEGIADOS

- Conferência de Cooperação Sul-Sul em PCS.
- Rede Brasil do Pacto Global.
- Compromisso Empresarial pela Reciclagem (CEMPRE).
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).
- CONAMA.
- Conselho das Cidades.
- Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS).
- Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP).
- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).
- Comissão Organizadora do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar.
- Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ).
- Comissão Nacional de Florestas (Conaflor).

- Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC).
- Comitê Interministerial para Acompanhamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH).
- Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa (Cori).
- Comitê Socioambiental Permanente (COSAP), do MTPA.
- Câmara Temática de Turismo Responsável – ligada ao Conselho Nacional de Turismo.

PARCERIAS		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ BACEN. ➤ BNDES (investimentos). ➤ Ministério da Educação. ➤ Serviço Florestal Brasileiro. ➤ Universidades / Centros de pesquisa e desenvolvimento. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ MCTI. ➤ IPEA. ➤ IBGE. ➤ ANVISA. ➤ INMETRO. ➤ ONU Meio Ambiente/PNUMA. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Setor privado: ABRAS, FIESP, Sebrae, Cooperativas e associações. ➤ Sociedade civil (ONGs...). ➤ Instituto Akatu. ➤ Portais das ONGs.

3.3. Estratégias para fortalecer a implementação do PPCS

Curto prazo (2019-2020)

- Elaborar um documento que influencie a tomada de posição de atores estratégicos sobre o processo de atualização do PPCS para refletir as definições do ODS 12 – apresentar esse documento à Secretaria Executiva do MMA, ao Gabinete do Ministro do Meio Ambiente e à CNODS.
- Elaborar o documento PPCS 2030 (atualização) – alinhar o PPCS às novas teorias e tecnologias (economia circular, nova economia dos plásticos...). Propor um PL que institucionalize o PPCS.
- Garantir que o PPCS tenha como foco o alcance das metas do ODS 12.
- Dar prioridade para compras públicas sustentáveis (trazer mais o MP).
- Incluir PCS no PPA 2020-2023.
- Recomendar à CNODS para que proponha a inclusão da PNEA no PPA com viés de PCS – ODS 4.
- Internalizar referência às demais políticas no PPCS – fortalecer o tema no MMA (SECEX/MMA).
- Construir modelo de governança compartilhada da agenda PCS com todos os setores e escalas de governo.
- Articular com a Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS) – apresentar o PPCS para a Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação.
- Internalizar o Plano de Ação da CNODS na agenda do CGPCS.
- ‘Vender’ a agenda PCS para o novo governo – vincular à ampliação da competitividade do Brasil no cenário internacional.
- Articular a elaboração e aprovação de um Projeto de Lei para institucionalizar o PPCS.
- Dar visibilidade a experiências de PCS – Portal PPCS 2030.
- Incorporar no PPCS o Movimento Nacional pela Reciclagem – redução da geração de lixo urbano (Parceria entre MMA, CEMPRE e ONU Meio Ambiente).
- Identificar centros de pesquisa e universidades (FGV, UnB e outras) que atuam com os temas de PCS.
- Provocar a assunção da agenda PCS na ABEMA e ANAMMA.
- Mapear PLs afins e desenvolver legislação de apoio às prioridades do PPCS.
- Reconhecer e delegar a implementação de eixos / metas a instâncias colegiadas reconhecidas. Ex.: Compras sustentáveis para a CISAP.

- Instituir grupo de trabalho no CGPCS sobre educação para produção e consumo sustentáveis.
- Incentivar a demanda por produtos reciclados para estimular a oferta de matéria prima para reciclagem.

Médio Prazo (2023 – fim do ciclo do próximo PPA)

- Articular com Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) – metas nacionais.
- Articular protagonista de novela defendendo consumo sustentável.
- Inserir o PCS na agenda do CONAMA – garantir pauta na reunião do CONAMA de março de 2019.
- Produzir material educativo e informativo para consumidores – atualizar curso do MMA a distância.
- Estimular demanda para os compostos orgânicos (RSU) via agricultura familiar.
- Incentivar uso de tecnologias preliminares à disposição final dos RSU (compostagem, reciclagem, biodigestão, CDR).
- Incentivar desenvolvimento e uso de novas tecnologias e materiais no setor da construção civil.
- Sensibilizar as agências reguladoras acerca do tema PCS.
- Mapear e conectar redes na educação ambiental.
- Agregar iniciativas que contribuam para a produção industrial sustentável em linhas de ação do PPCS.
- Incentivar o consumo sustentável nas escolas.
- Incentivar a formação de consórcios públicos de resíduos sólidos.
- Articular pacto pela sustentabilidade entre governo, sociedade, indústrias e empresas.
- Capacitar técnicos das agências de extensão rural para avaliação de projetos com viés de sustentabilidade.
- Viabilizar auxílio a pequenos produtores na elaboração de projetos para concessão de crédito financeiro.
- Articular investimento em pesquisas para desenvolvimento da produção sustentável com envolvimento da academia.
- Adotar políticas de incentivos fiscais, financeiros e econômicos / Propor incentivos fiscais para produção nacional de produtos eco/sustentáveis. Ex. placas fotovoltaicas / Propor legislação / regulamentação de incentivos fiscais para a reciclagem (fim da bitributação).
- Propor que a reforma tributária inclua viés de sustentabilidade.

Longo Prazo (atividades contínuas até 2030)

- Desenvolver ampla campanha informativa e educativa para a sociedade.
- Utilizar redes sociais para dar visibilidade às iniciativas.
- Desenvolver estratégia de comunicação com os segmentos, a exemplo de pequenas e médias empresas.
- Promover comunicação e sensibilização para o consumidor – consumo sustentável.